



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
Fone: () - 156 - Opção 3 - www.sefaz.df.gov.br



Série do Documento
Nota Fiscal de Serviço
Eletrônica - NFS-e
Número da Nota Fiscal
143

Dados do Prestador de Serviço

**IEJA FFT - INSTITUTO DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL E GERENCIAL
IEJA - INSTITUTO DE ESTUDOS JURIDICOS APLICADOS**

Shis QI 26 Conjunto 7 S/n Casa 14, - Setor de Habitacoes Individuais Sul
CEP 71670-070 - Fone: (61)3970-5406 - Brasília/ DF
nauro@computare.cnt.br
Inscrição Municipal 0793140800101 - CPF/CNPJ 34.451.627/0001-80

Data de Geração da NFS-e
25/04/2024 11:01:02
Data de Competência/Emissão
25/04/2024
Cód. de Autenticidade
A24EDA991
Responsável pela Retenção



Identificação da Nota Fiscal Eletrônica

Natureza da Operação Exigível	Número do RPS	Série do RPS	Data de Emissão do RPS
Local dos Serviços Brasília - Distrito Federal	Município Incidência Brasília - Distrito Federal		

Dados do Tomador de Serviços

CNPJ/CPF : 05.849.955/0001-31 **IM :**
Razão Social : MUNICIPIO DE ANAJAS **Número :** 1
Endereço : Anajas **Bairro :** Centro
Complemento : AV PEDRO JOSÉ DA SILVA **Cidade/UF :** Anajás/ PA
CEP : 68810-000 **E-mail :**
Telefone : (91)3605-1334

Dados do Intermediário de Serviços

CNPJ	Inscrição Municipal	Razão Social
------	---------------------	--------------

Descrição dos Serviços

Curso de Capacitação em Gestão e Compliance Públicos:

Gestão de recursos conveniados na visão do controle de contas públicas
Convênios e Plano de Trabalho
Principais desafios na elaboração de trabalho de convênios e ajustes congêneres
Riscos e oportunidades para a assinatura de instrumentos de repasse
Principais aspectos na gestão físico financeira de convênios
Problemas e falhas mais comuns na fiscalização de convênios sob a ótica do controle e os desafios da NLLC
Prestações de contas de convênios e ajustes na atualidade
Principais apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas da União na sua jurisprudência? Responsabilização do gestor de convênios e ajustes

CONTRATO Nº 42/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082024

Dados bancários do IEJA:
Banco: ITAÚ
Agência: 0542
Conta: 32309-2
nome: IEJA FFT Inst. de Treinamento

Detalhamento dos Tributos

Atividade do Município	Alíquota	Item da LC116/2003	Cód. NBS	Cód. CNAE		
802 - 8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e ...		802		8599604		
VI. Total dos Serviços R\$ 20.000,00	Desconto Incondicionado R\$ 0,00	Deduções Base Cálculo R\$ 0,00	Base de Cálculo R\$ 20.000,00	Total do ISSQN R\$ 0,00	ISSQN Retido Não	Desconto Condicionado R\$ 0,00
PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IRRF R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00	Outras Retenções R\$ 0,00	VI. Líquido da Nota Fiscal R\$ 20.000,00
Construção Civil		Cód. Obra :		Art. :		

Informações Adicionais

I - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL"; e II - "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI."
PROCON: TEL 151- SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 8, BLOCO B-60, SALA 240- BRASILIA - DF

Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: <https://iss.fazenda.df.gov.br/online/Login/Login.aspx>
ISS.NET - Sistema Nota Control@ - www.notacontrol.com.br



Instituto de Estudos
Jurídicos Aplicados



PROGRAMA DE
**CAPACITAÇÃO
EM GESTÃO
E COMPLIANCE
PÚBLICOS**

26 DE ABRIL DE 2024

HANGAR CENTRO DE CONVENÇÕES E FEIRAS DA
AMAZÔNIA - BELÉM / PA

O PROGRAMA

O Programa de Capacitação em Compliance da Gestão no Setor Público objetiva ser um espaço de apresentação de ideias e soluções para a modernização da gestão pública no País, com foco na prevenção e no aperfeiçoamento da atuação dos órgãos e entidades integrantes das três esferas e dos três poderes, na entrega à sociedade de políticas, bens e serviços públicos de qualidade, sem perder de vista a realidade enfrentada pelos gestores bem assim a conformidade que se exige dessa atuação tendo em conta os princípios e os regramentos exigidos nacional e internacionalmente dos agentes governamentais.

Nesse sentido, o Programa, em formato aberto, visa à qualificação de toda a espécie de atores que atuam na gestão da coisa pública (gestores em geral, licitantes, advogados públicos e privados, fornecedores, convenentes etc.).

Para alcançar o seu objetivo, o Programa abordará temas de maior interesse das administrações públicas, englobando transferências voluntárias de recursos, aquisições e contratos administrativos, sistemas de compliance e de integridade, execução de políticas públicas, gestão fiscal, prestação de contas, responsabilidade de agentes públicos, entre outros, sempre com o foco preventivo e proativo.

Módulo 1:

DESAFIOS NA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS CONVENIADOS

As transferências voluntárias de recursos da União, efetuadas por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, são repasses financeiros feitos pelo governo federal para estados, municípios ou entidades privadas sem fins lucrativos, visando a realização de políticas públicas de interesse mútuo, a exemplo de programas, projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento social, econômico, cultural, ambiental, entre outros.

Como se tratam de recursos federais, ainda que a sua gestão seja feita pelos governos locais ou por entidades privadas sem fins lucrativos, estarão sujeitos à fiscalização dos órgãos de controle de jurisdição federal, como o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público Federal.

De acordo com informações divulgadas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no painel [Transferegov.br](https://transferegov.br), o governo federal realizou, nos últimos quatro anos, mais de 22.000 transferências de recursos por meio de convênios. O valor total empenhado nessas transferências foi de R\$ 21 bilhões.

No entanto, falhas na execução dos ajustes redundam, anualmente, em problemas dos mais variados que são objeto de demandas dos agentes repassadores de recursos e dos órgãos de controle. Em 2019, Relatório da CGU recomendou aos concedentes que solicitassem, aos convenientes, a devolução dos recursos financeiros no montante de mais de R\$ 750 milhões ao Tesouro da União, referentes às inconsistências verificadas.

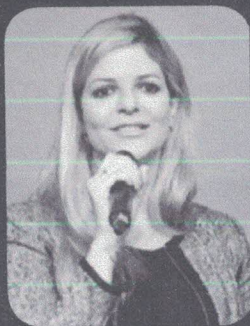
Com a apresentação dos principais aspectos e dos erros mais frequentes que ocorrem na execução de políticas públicas por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, os quais são identificados tanto pelos concedentes quanto pelos órgãos de controle, bem assim as principais orientações preventivas cabíveis, busca-se permitir exemplo de licitantes e fornecedores, atuem em conformidade com os padrões legais e regulamentares aplicáveis ao instrumento de repasse.

Desse modo, busca-se reduzir os riscos e garantir a aplicação adequada dos recursos públicos de forma adequada e transparente, com eficiência, eficácia e efetividade, bem assim contribuir para prevenir a corrupção, garantir a igualdade de oportunidades, promover a efetividade das políticas públicas e fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições. Sem perder de vista a busca em se mitigar que a atuação dos órgãos de controle se de modo corretivo e sancionador, vertente do seu papel na verificação da conformidade dos atos com os padrões legais e regulamentares aplicáveis ao ajuste firmado.



Jhonatan de Jesus

Ministro do Tribunal de
Contas da União



Fabiane Oliveira

Presidente do IEJA



Eugênio Vilela Siqueira

Jurista especialista em Governança
Pública e Chefe de Gabinete de
Ministro do Tribunal de Contas da União



Alden Mangueira

Auditor Federal de Controle Externo
do Tribunal de Contas da União



Antônio Doido

Deputado Federal

MANHÃ

Credenciamento

8h30 - Secretaria do Evento

9h00-9h20 - A gestão de recursos conveniados na visão do controle de contas públicas

9h20-9h40 - Debate

9h45-11h15

Painel 1: CONVÊNIOS E PLANOS DE TRABALHO

Expositores:

9h45-10h15h

Tema: Principais desafios na elaboração de Planos de Trabalho de convênios e ajustes congêneres

10h15-10h45

Tema: Riscos e oportunidades para a assinatura de instrumentos de repasse

10h45-11h15 - Debate

[Não haverá intervalo para coffee break, o qual estará disponível para acesso livre aos participantes a partir das 10h30]

11h15-12h45

Painel 2: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE AJUSTES E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (NLCC)

Expositores:

11h15-11h45

Tema: Principais aspectos na gestão físico-financeira de convênios e ajustes

11h45-12h15

Tema: Problemas e falhas mais comuns na fiscalização de convênios sob a ótica do controle e os desafios da NLCC

12h15-12h45 - Debates

12h45-14h30 - Intervalo para almoço

MANHÃ

14h30-16h00

Painel 3: PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E AJUSTES NA ATUALIDADE

Tema: Principais dificuldades na prestação de contas de recursos conveniados

15h00-15h30h

jurisprudência

Tema: Principais apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas da União na sua

15h30-16h00 - Debates

16h00-17h30

Painel 4: RESPONSABILIZAÇÃO DO GESTOR DE CONVÊNIOS E AJUSTES

Expositores:

16h00-16h30

Tema: Capacitação de gestores municipais x responsabilização na prestação de contas

16h30-17h00

Tema: Jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Judiciário na responsabilização de gestores de convênios

17h00-17h30 - Debates

Mesa de Encerramento:

17h30-18h00

(*) Palestrantes, mediadores e expositores foram convidados e poderão sofrer substituições em virtude de agenda.



Instituto de Estudos
Jurídicos Aplicados



PROGRAMA DE
**CAPACITAÇÃO
EM GESTÃO
E COMPLIANCE
PÚBLICOS**

26 DE ABRIL DE 2024

HANGAR CENTRO DE CONVENÇÕES E FEIRAS DA
AMAZÔNIA - BELÉM / PA



Brasília, 03 de Abril de 2024

A Senhora Prefeita Edilma do Município de Garrafão do Norte.

Proposta de Capacitação

CURSO DE GESTÃO E COMPLIANCE PÚBLICOS - Belém/PA

DATA DO CURSO : 26 DE ABRIL DE 2024 DAS 08h30 ÀS 18H00
Hangar Convenções & Feiras da Amazônia
Belém - PA

Descrição do Curso

O Programa de Capacitação em Compliance da Gestão no Setor Público objetiva ser um espaço de apresentação de ideias e soluções para a modernização da gestão pública no País, com foco no prevenção e no aperfeiçoamento da atuação dos órgãos e entidades integrantes das três esferas e dos três poderes, na entrega à sociedade de políticas, bens e serviços públicos de qualidade, sem perder de vista a realidade enfrentada pelos gestores bem assim a conformidade que se exige dessa atuação tendo em conta os princípios e os regramentos exigidos nacional e internacionalmente dos agentes governamentais.

Nesse sentido, o Programa, em formato aberto, visa à qualificação de toda a espécie de atores que atuam na gestão da coisa pública (gestores em geral, licitantes, advogados públicos e privados, fornecedores, convenentes e etc).

Para alcançar o seu objetivo, o Programa abordará temas do mais interesse administrações públicas, englobando transferências voluntárias de recursos, aquisições e contratos administrativos, sistemas de compliance e de integridade, execução de políticas públicas, gestão fiscal, prestação de contas, responsabilidade de agentes públicos, entre outros, sempre com o foco preventivo e proativo. A proposta para a participação de 4 inscritos conforme solicitado produzirá um investimento de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).



PROGRAMAÇÃO

- 12 horas de treinamento
- Certificado do curso
- Coffee break e almoço no local do curso
- O curso contará com as principais autoridades nos temas de repercussão junto ao Tribunal de contas da União

Disciplinas do Curso:

- Gestão de recursos conveniados na visão do controle de contas públicas
- Convênios e Plano de Trabalho
- Principais desafios na elaboração de trabalho de convênios e ajustes congêneres
- Riscos e oportunidades para a assinatura de instrumentos de repasse
- Principais aspectos na gestão físico financeira de convênios
- Problemas e falhas mais comuns na fiscalização de convênios sob a ótica do controle e os desafios da NLLC
- Prestações de contas de convênios e ajustes na atualidade
- Principais apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas da União na sua jurisprudência
- Responsabilização do gestor de convênios e ajustes

Professores:

Alden Manguiera – Auditor Federal de Controle Externo do TCU

Fabiane Oliveira – Doutora em Direito pela USP

Eugênio Vilela Siqueira – Jurista e especialista em governança e compliance

Diego Prandino – Jurista e Assessor de Ministro do TCU

Coordenação Acadêmica

Jonathan de Jesus – Ministro do Tribunal de contas da União

Convidado de Honra

Excelentíssimo Senhor Helder Zahluth Barbalho – Governador do Estado do Pará



Instituto de Estudos
Jurídicos Aplicados

Site : www.institutoieja.com.br/capacitacaoemgestaopa

Informações Gerais

O envio com o nome dos participantes, CPF e a-mail poderá ser encaminhado para renato@institutoieja.com.br ou contato@institutoieja.com.br

Qualquer dúvida ou esclarecimento poderá ser feito através do
Fone : (61) 99606-8556/ (61) 3970-5406 ou pelo e-mail
renato@institutoieja.com.br.

Desde já renovo protestos de estima e consideração

Respeitosamente,

RENATO LUIZ-DE MELLO

Presidente Executivo do Instituto IEJA